

## **ATA DA LXXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde  
Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar - Centro - Florianópolis

**DATA:** 27/02/03

**HORÁRIO:** 09:00 horas

### **PRESENTES**

Secretaria de Estado da Saúde:

Fernando Coruja Agustini, Carmem Zanotto, Raquel Ribeiro Bittencourt, Sônia Maria Machado de Souza, Vera Lúcia Ferreira, Arion Bet Godoi, Rosina Moritz Silveira, Maria Teresa R. Locks e Luis Antônio Silva.

### **Conselho de Secretários Municipais de Saúde:**

Edson José Adriano (Blumenau), Eroni Coelho (Içara), Carla Roberta Ludka (Bela Vista do Toldo), Tânia Eberhardt (Joinville), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Marli Agostini (Maravilha), Marlene Possan Foschiera (Chapecó), Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara), Silvano de Pariz (Quilombo).

### **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A LXXXV Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 09h 15 min, sob a coordenação de Fernando Coruja Agustini, com a presença dos membros acima descritos.

### **ABERTURA**

Antes de iniciar a discussão da pauta de trabalho, todos os integrantes da CIB se apresentaram. O Coordenador CIB/SES, Fernando Coruja Agustini, disse que assumiu a Secretaria sob a orientação de um Plano de Governo que vem corroborar a proposta do Sistema Único de Saúde. Adiantou que a SES vai trabalhar no sentido de implantação e melhoramento do SUS, tendo como prioridade a descentralização e a desconcentração dos serviços e, fundamentalmente, de permitir o acesso da população ao Sistema. O Coordenador destacou a questão do financiamento e a necessidade de aumento do teto para SC, reconhecendo que para isso há a necessidade de uma ação política, mas também técnica de poder demonstrar que o Estado precisa de mais recursos.

O Coordenador CIB/Cosems, Edson José Adriano, deu boas-vindas à nova equipe da SES, sobretudo, ao Secretário Fernando Coruja Agustini e à Secretária-Adjunta Carmem Zanotto, ressaltando a larga experiência de ambos no Sistema Único de Saúde, inclusive, na gestão municipal. O Coordenador CIB/Cosems colocou o Conselho de Secretários como aliado da SES em todas as ações que impliquem a construção e consolidação do Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina.

### **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- Circular MS/SE/GAB nº 87, do Ministério da Saúde/Gabinete do Secretário-Executivo, orientando sobre a coordenação das Comissões Intergestores Bipartites.

### **ITEM I – PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA**

O Gerente de Programação e Orçamentação da SES, Arion Bet Godoi, apresentou a Portaria nº. 2379 que mantém o Estado em Gestão Plena do Sistema Estadual, e que, de acordo como a NOAS, está publicando um novo limite financeiro de recursos estaduais na ordem de R\$ 313.075.736,00. Com relação à Câmara Técnica SES/Cosems da PPI, Arion informou que está sendo promovido o I Seminário da Programação Pactuada e Integrada 2003, tendo ficado definida sua realização em três locais: Florianópolis, Chapecó e Joinville, com a seguinte programação:

- Apresentação da Nova Planilha Comissão PPI;
- Tópicos da Deliberação CIB/029/2002;

- Critérios adotados para definição de Teto;
- Distribuição da Alta Complexidade Ambulatorial;
- Planilhas de Preenchimento MAC Hospitalar – PPI;

Por fim, Arion apresentou o cronograma da PPI, que deve culminar com a aprovação dos ajustes propostos pela Câmara Técnica no período de 22 a 30 de abril.

A Secretária Marlene (Chapecó) falou a respeito de duas preocupações referentes ao Seminário nas Macrorregionais: 1) quanto ao levantamento das necessidades, a Secretária perguntou quais seriam essas necessidades e com quais parâmetros elas seriam levantadas. Ela alegou a falta de resolutividade das redes e a falta de protocolo para encaminhamento de procedimentos de média e alta complexidade. 2) quanto às despesas dos Seminários para o município, solicitou a possibilidade de o Estado arcar com essas despesas.

O Secretário Hélio Livino (Rio do Sul) disse que, com o novo cronograma apresentado para abril, será necessário fazer modificações na Resolução 29.

O Secretário Orasil (Criciúma), primeiramente, convidou os presentes para o Encontro dos Secretários Municipais de Saúde, promovido pelo Cosems/SC, que será realizado em Criciúma, nos dias 27 e 28 de março. Em seguida, ele registrou que Criciúma, assim como todas as outras cidades, participou das discussões da PPI, compondo, inclusive, a Câmara Técnica que fez grande esforço para viabilizar a realização do pacto.

No entanto, o Secretário Orasil lembrou que cada município vive suas questões políticas, e que em Criciúma não é diferente. Ele disse que o Vice-governador do Estado, que é de Criciúma, teria feito uma manifestação pública que induziu vereadores da cidade a afirmarem que Criciúma foi omissa com relação à PPI e que perdeu dinheiro, pois não cumpriu as metas com relação ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Segundo o Secretário, o que realmente aconteceu foi que ele participou como membro e aceitou a parceria, considerando que se tratava de uma negociação entre gestores parceiros. Ele disse que esse fato lhe deixou muito angustiado e ofendido, porque Criciúma recebeu o Secretário e o Vice-governador na cidade com muita disposição e agora começou a circular esse tipo de informação indevida. Por fim, solicitou à Mesa da Cib que desse um encaminhamento que julgasse cabível a essa questão.

A Diretora de Auditoria e Regulação da SES, Maria Teresa Locks, fez um esclarecimento com relação à questão das necessidades apontadas pela Secretária Marlene. Ela falou que a PPI não trabalhou com parâmetros assistenciais. Disse que em SC não se conseguiu atingir os parâmetros desenhados, e que para trabalhar com as necessidades tem-se duas possibilidades: 1) a consulta pública 01 que virou portaria e que possui todos os parâmetros de todos os serviços; 2) o estudo feito pelo Estado acima de uma série histórica.

Arion lembrou que, com relação aos parâmetros, a tabela foi discutida em reunião com a Câmara Técnica (Cosems/SES) e essa discussão do parâmetro foi bastante ampla. Disse que a primeira opção seria simplesmente usar o mesmo parâmetro que foi utilizado no SIS/PPI, o que, segundo o gerente, não causaria nenhuma mudança e com o qual chegar-se-ia aos mesmos problemas. Arion explicou que na planilha onde consta “cota virtual” é o mesmo que parâmetro utilizado no SIS/PPI e o mesmo parâmetro que passou pela Mesa da Cib. Colocou que, digitando-se a população na planilha, a necessidade, de acordo com os parâmetros, é automaticamente preenchida. Ele disse que na época em que o parâmetro passou pela Cib havia dois fatores: um mínimo e um máximo. Disse, também, que foi utilizado o mínimo por questões de limites financeiros. Com relação ao comentário do Secretário Hélio, sobre as alterações na Deliberação 29, Arion explicou que, a partir do momento em que se estabelece um novo cronograma, conseqüentemente estar-se-ia, também, solicitando um pedido de prorrogação dos prazos da referida deliberação, abrangendo todos os artigos e alterando o prazo de 30 de março para o final de abril, o que foi aprovado pela Mesa.

A Secretária Teresinha (São Pedro de Alcântara) informou que as tabelas do SIS/PPI desconsideraram completamente que o município podia optar por ser PAB Ampliado ou ficar recebendo como produção de média complexidade. E considerou como se todos os municípios fossem habilitados no PABA, o que conseqüentemente, segundo ela, gera dificuldades aos municípios que não se encontram nessa situação.

A Secretária Marlene disse que o ideal seria se fazer pelas necessidades, mas disse que o problema vai continuar se os municípios fizerem por parâmetros mínimos e máximos, pois havendo a necessidade de corte linear, o município que se orientou por parâmetros mínimos será prejudicado. Segundo Marlene, deixar em aberto prejudicará o fechamento da PPI.

Em resposta, Arion disse que a comissão também teve essa preocupação e uma das principais dificuldades foi detectar a real necessidade e a capacidade do Estado. Ele explicou que, em virtude disso, foi sugerida uma coluna de quantidades necessárias sem nenhum vínculo a

parâmetros para, em reunião dias 17 e 18 de março, equilibrar essas quantidades e verificar as desigualdades dos municípios. Disse ainda que há uma outra coluna na seqüência que seria para a capacidade de atendimento, ou seja, o critério de corte seria basicamente pela capacidade de atendimento. Arion falou que quando se tem levantada toda a necessidade e ao lado tem-se, também, a capacidade, fica fácil identificar o que cada município não tem possibilidade de fazer em seu próprio território e o que seria referenciado. Do mesmo modo, disse que, se a capacidade for maior do que a necessidade do município, pode-se identificar o quanto este município tem disponível para receber referências dos demais.

A Secretária Marli (Maravilha) ressaltou o quanto é importante fazer esse levantamento das necessidades do atendimento da capacidade instalada. Citou o exemplo de Maravilha, que é sede de módulo com serviços de tomografia, ultra-sonografia e raio X, mas nada disso tem pelo SUS. Destacou a importância de o Estado ter esses dados em mãos.

Arion lembrou que a tabela foi dividida em duas: uma para preencher a capacidade de atendimento de todos os prestadores que já estão credenciados pelo SUS e uma outra igual, onde será preenchida a capacidade de atendimento daqueles que não estão credenciados (consórcios, compra de serviços), até para avaliar a possibilidade de credenciá-los ou implantar serviços públicos.

O Diretor de Vigilância Epidemiológica da SES, Luis Antônio Silva, falou de todo o esforço já efetuado para a concretização da PPI, mas, segundo ele, esse trabalho está apenas começando. Ele disse que a PPI está colocada no Sistema de informação do DATASUS, que não é um sistema bom e que, portanto, não serve. Falou que, a partir de agora, a questão da necessidade impera na questão da qualidade. E que está chamando essa primeira fase de ajuste da PPI como diagnóstico real e situacional da condição da saúde no Estado de SC, ou seja, qual é a capacidade real que o Estado tem de serviços vinculados ao SUS? E qual a capacidade que se pode estender? Por fim, destacou como uma prioridade, nesse momento, a participação dos técnicos da SES e dos municípios, na PPI, para até o final do ano ter-se uma PPI satisfatoriamente desenhada em Santa Catarina.

O Secretário Roberto Basílio (Canoinhas) disse que nesse seminário sobre a PPI, uma das principais coisas que tem que ser feita, além de mostrar o preenchimento das planilhas, é conscientizar os secretários municipais e gestores do Estado para o preenchimento racional e sério dos serviços de que precisam.

O Secretário Silvano (Quilombo) ressaltou a importância da organização dos dados, de se mostrar a necessidade dos municípios e de se ter um instrumento para verificar a necessidade de cobertura, a fim de que possam ser levados em conta os serviços que realmente são executados. O Secretário Silvano disse julgar importante que se levem em conta as questões regionais, as diferenças que muitas vezes existem e que se pode ir gradativamente corrigindo com a implantação de serviços ou com um sistema que possa minimizar as dificuldades que uma região tem diferentemente da outra.

O Coordenador Cib/Cosems disse haver consenso quanto à proposta inicial, mesmo sabendo das várias modificações que ainda serão necessárias durante todo percurso de implantação.

O Coordenador CIB/SES finalizou esse item, dizendo que as dificuldades são decorrentes desse processo em construção, mas que acredita que dentro de pouco tempo se chegará a uma solução mais próxima da desejada por todos. Destacou como um grande instrumento, necessário para isso acontecer no Estado, um sistema de regulação. E disse que esse sistema já está sendo estudado para SC. A partir desse sistema de regulação, segundo ele, o gestor de cada município poderá ter acesso à real oferta de consultas e exames, podendo fazer com que esses serviços cheguem de forma otimizada à população.

#### **ITEM II – Pagamento de Gestores Plenos Estadual e Municipais a Prestadores de serviço**

A Secretária-Adjunta, Carmem Zanotto, disse que esse item foi incluído na pauta porque é normal no início de governo uma demanda. E que uma das maiores demandas foi em função do não pagamento do SIA de novembro, que deveria ter sido pago em dezembro de 2002. Falou também que alguns prestadores municipais procuraram a SES em virtude de atraso de pagamento de alguns municípios. A Secretária apresentou à Mesa da CIB proposta de cronograma de pagamento do SIA e do SIH da SES para o mês de março (anexo). Destacou a importância tanto para o Estado quanto para os municípios de assegurar credibilidade junto aos prestadores de serviço. Disse que já foi solicitado à Diretoria de Regulação e Auditoria do Sistema de Saúde para elaborar o cronograma para todo o exercício de 2003, para que os prestadores de serviços também possam programar-se. A Secretária falou que não está incluído, no cronograma, o pagamento do FAEC, porque o Ministério da Saúde passa o FAEC

com 30 e 60 dias após apresentação. Ela sugeriu ao Cosems que os municípios em Plena discutam também uma proposta de cronograma de pagamento aos prestadores de serviços, para consensoar, num segundo momento, o repasse regular aos prestadores.

O Coordenador CIB/Cosems elogiou a orientação da Secretária-Adjunta quanto à unificação dos pagamentos aos prestadores de serviços, obedecendo ao teto financeiro como limite. O Coordenador Edson Adriano sugeriu uma modificação na Resolução 29 e disse haver consenso em relação à proposta, tendo sido aprovada a definição de um cronograma para repasse aos prestadores e o pagamento dos mesmos até o valor do teto definido.

A Secretária Marlene destacou a importância do controle da agenda, pois segundo ela, ser referência e não poder controlar a agenda é completamente inviável por ocasionar perda de controle da situação. Disse que somente dessa forma evitar-se-á o pagamento indevido de serviços e o uso abusivo de tecnologia-médica.

O Coordenador CIB/SES fez manifestação com relação à situação exposta pelo Secretário de Criciúma. O Secretário Fernando Coruja ressaltou que as negociações em torno da Programação Pactuada e Integrada foram feitas de forma consensual entre o Estado e os Municípios, e que, do ponto de vista da política de saúde, Criciúma tem o respaldo do gestor estadual, salientando que a conduta do Secretário Orasil foi adequada no que se refere à pactuação da PPI. No entanto, falou que não entraria em questões políticas locais, uma vez que o clima está um pouco tenso naquela região.

### **ITEM III – Cirurgia Cardíaca Xanxerê**

A Gerente de Contratos, Convênios e Credenciamentos da SES, Sônia Machado, informou que tem aparecido um número muito grande de pedido de credenciamentos de serviços. Na questão específica da Cardiologia de Xanxerê disse que foi solicitado o parecer da DIRP e observou-se que, embora exista uma necessidade bastante grande e que a meta é fazer com que esses serviços sejam descentralizados, não há, ainda, recursos disponíveis no teto do Estado para credenciamento. Assim, disse que o parecer da SES é de se fazer um estudo para captação de recursos novos para poder abrir esse serviço.

A Secretária Marlene falou dos cuidados que se deve ter em definir os critérios para alta complexidade, salientando que sua maior crítica com relação ao governo anterior é o fato de esses critérios terem sido utilizados inadequadamente e hoje estarem resultando em serviços funcionando de forma precária. Disse que o que está acontecendo em Xanxerê é que a iniciativa privada está criando serviços e obrigando o Estado a credenciá-los. Segundo Marlene, não se pode ficar refém da iniciativa privada.

A Secretária Genair (Concórdia) disse que antes de se iniciar a implantação da PPI, a região do Meio Oeste tinha atendimento no Paraná e Rio Grande do Sul, e que a partir das definições da PPI, passaram a não ter mais referência de cardiologia. Disse que não tem conseguido mais atendimento nos estados vizinhos e nem dentro de Santa Catarina. Salientou sua preocupação com relação ao atendimento da população. E por fim, questionou qual será a referência em cardiologia para sua região.

A Secretária Marli disse que essa discussão já esteve várias vezes na Mesa da CIB e falou que a questão de o serviço ter ou não estrutura deve ser definida pelos técnicos do Estado durante a vistoria. Emendou que realmente existem problemas na baixa e média complexidade, mas que, independentemente desse fato, não se pode ignorar a alta complexidade. Segundo ela, quando o problema vem à tona com urgência, a secretaria do município precisa ter acesso ao serviço em algum lugar.

O Secretário Silvano (Quilombo) falou que o parecer da SES diz que Xanxerê reúne as condições para oferecer o serviço, e que a questão, no momento, é a vida, o que o leva a defender o credenciamento. Perguntou o que fazer com os cerca de 237 pacientes da macrorregião que precisarão ser atendidos em 2003.

O Secretário-Adjunto de Xanxerê disse que é preciso parar com a idéia de que o público não pode trabalhar em parceria com o privado. E que o serviço de cardiologia de Xanxerê foi um desafio proposto para os profissionais daquele município, proposta que, segundo ele, havia sido feita para Chapecó. Disse que o serviço foi implantado sem nenhum dinheiro público e está funcionando bem. E que esse serviço está sendo oferecido ao SUS e que não vê nenhum problema da oferta de um serviço privado ao público, desde que seja contratado e administrado pelo Estado. Destacou que o fundamental é o paciente.

O Coordenador CIB/SES salientou que a implantação do serviço não garante o atendimento, propondo os seguintes encaminhamentos: 1) Que seja implantada uma Câmara Técnica envolvendo secretários dos municípios que tenham serviço de cardiologia, mais Chapecó e

Xanxerê, e ainda os técnicos da SES, para juntos, discutirem essa questão; 2) Solicitar à SES que faça um estudo rápido, já que Florianópolis é referência de Cardiologia, para que seja feita uma agenda de reserva no INCA para atender o Oeste; 3) Aproveitando um encontro entre os Secretários de Saúde do Sul, que será realizado em Florianópolis nos dias 5 e 6, discutir com os Secretários de Estado do Rio Grande do Sul e Paraná, a possibilidade de reabertura de atendimento naqueles estados; 4) Por fim, trabalhar para buscar recursos federais para efetivação do credenciamento. A Secretária-Adjunta disse que disponibilizaria seu telefone celular e o da Diretora Rosina para eventuais necessidades de encaminhamento de pacientes de cardiologia no período do Carnaval.

O Coordenador CIB/Cosems disse haver consenso em torno das manifestações do Secretário Coruja, inclusive na formação de Câmara Técnica para discutir inicialmente a questão da cardiologia. No entanto, adiantou que se precisa avançar para a criação de uma Câmara Técnica Estadual de Compensação de Procedimentos Hospitalares de Alta Complexidade com uma central de regulação estadual depois desta da cardiologia, para a oncologia, ortopedia e neurologia.

O Cosems indicou os municípios de Xanxerê, Chapecó, Rio do Sul, Criciúma, Joinville, Blumenau e Florianópolis para compor a Câmara. A SES indicou como representantes Lester Pereira, Rosina Moritz, Maria Teresa Locks, Carmem Zanotto, Luiz Antônio Silva e Arion Bet Godoi.

O Secretário-Adjunto de Xanxerê, Flávio Flapp, informou que no dia 14 de março acontecerá a inauguração oficial da cardiologia em Xanxerê e convidou todos para participar, em especial, segundo ele, a Secretária Marlene.

A Secretária Tânia (Joinville) disse ser um prazer receber o Secretário Flávio na CIB e que gostaria muito de que ele participasse de outras reuniões, para juntos lutarem por conquistas para a saúde. Contudo, advertiu-o dizendo que ironia não é bem-vinda na Mesa da Comissão Intergestores Bipartite, na qual, segundo ela, deve imperar o respeito entre os pares.

#### **ITEM IV – Remanejamento de Teto (Psiquiatria)**

O Gerente Arion apresentou documentos refletindo o acordo entre os gestores envolvidos, e a CIB aprovou os seguintes remanejamentos: de Concórdia para Quilombo, no valor de R\$ 1.848,00/mês (Psiquiatria); de São Lourenço d'Oeste para Quilombo, no valor mensal de R\$ 2.557,50 (Psiquiatria); de Chapecó para Quilombo, de 24 atendimentos/mês referenciados para Maravilha, a um valor médio individual de R\$ 427,00 (Psiquiatria); de Canoinhas para Porto União, referente a oito tomografias mensais, no valor de R\$ 840,85.

O Secretário Silvano, considerando, segundo ele, que os serviços já estavam sendo prestados, solicitou que os remanejamentos tivessem validade a partir da competência fevereiro.

No entanto, o Gerente Arion explicou que, conforme portaria ministerial, tem-se que encaminhar a solicitação de transferência de recursos dos municípios em Plena sempre anterior à competência. Assim, todas essas transferências deverão ser a partir da competência março, o que foi acatado pela Mesa.

#### **ITEM V – Centro de Oftalmologia Itajaí**

Item retirado de pauta por solicitação da Secretaria de Saúde de Itajaí, podendo retornar à pauta na próxima reunião.

#### **ITEM VI – Credenciamento Ortopedia**

Item retirado de pauta, corroborando decisão anterior da CIB de que não se credenciam novos serviços de alta complexidade enquanto não houver recurso novo no Estado.

#### **INFORMES**

1) Bloqueio AIH dezembro: A Diretora Maria Teresa informou que na competência dezembro foi solicitado ao DATASUS o bloqueio de 2.230 AIHs que tinham sido distribuídas a maior do que o percentual definido na CIB, o que oneraria o Estado num valor de R\$ 870.000,00. Disse, também, que houve um problema no DATASUS, informação via telefone, dizendo que, das 2.230 para as quais havia sido solicitado bloqueio, foram pagas 644, num montante de R\$ 208.000,00. Informou que foi feito um documento ao DATASUS comunicando o que houve e solicitando que isso não se repita.

2) Repasse Contrapartida Farmácia Básica: A Secretária-Adjunta informou que a SES está pendente com os municípios que recebem em recursos financeiros as competências novembro

e dezembro. Informou que essas competências não foram empenhadas, e que a SES, juntamente com a Secretaria da Fazenda, está verificando a forma de proceder, porque terá que ser feito como empenho de dívida reconhecida do exercício anterior. Disse que a situação dos municípios que recebiam em medicamentos está ok. A secretária apresentou a lista dos municípios que optaram por medicamentos ou por recursos financeiros para o exercício 2003, dizendo que 18 municípios não informaram sua preferência, e que dessa forma, ficou consensado que receberão em recursos financeiros.

3) Medicamentos Excepcionais: A Secretária-Adjunta depôs que na última reunião da Tripartite evidenciou-se que a situação é idêntica em todos os estados do país. Disse que é preciso definir uma política na distribuição dos medicamentos porque a demanda judicial está atropelando o Sistema.

O Coordenador CIB/SES disse que tem que ser feito um trabalho integrado, principalmente, na questão do preenchimento de APACs e organização do Sistema. Disse que ficou preocupado quando esteve na Diretoria de Assistência Farmacêutica, querendo algumas informações, e verificou que esses dados não estão informatizados. Saliou a importância da informatização desse sistema, a fim de torná-lo público e acessível. Disse que o Ministério da Saúde tem uma proposição de encaminhar um Projeto de Lei ao Congresso Nacional para disciplinar e para que sejam seguidos os protocolos. E que esse é um debate ético que a saúde deve fazer.

A Secretária Marlene sugeriu que fosse realizado um seminário convidando todos os promotores de justiça do Estado de SC para discutir com eles essa questão e explicar o que é ser gestor. Disse que os promotores orientam-se pela universalização, mas esquecem-se da hierarquização e da organização.

A Secretária Tânia ratificou a idéia da promoção do encontro, inclusive, com a participação do Ministério da Saúde, do Estado e dos municípios, para deixar clara a responsabilidade de cada um nesse processo.

A Farmacêutica Márcia, da SES/DAF, disse que, com relação a esse assunto, já foram promovidos dois encontros com a promotoria, para discutir não só a questão dos medicamentos, mas de todo o SUS.

O Secretário Hélio destacou a importância das conferências Municipais, Estadual e Federal de Assistência Farmacêutica para se discutir esse assunto de forma global e não só a questão dos medicamentos excepcionais.

4) Adiantamentos a Prestadores/Gestão Anterior: A Diretoria de Regulação e Auditoria do Sistema apresentou planilha dos adiantamentos feitos pela gestão anterior a prestadores de serviço, conforme anexo II. Aprovada a abertura de auditoria interna para, após concluída, definir a forma de ressarcimento.

5) Incremento DST/AIDS: O Diretor Luis Antônio informou que, com a efetiva implantação da Portaria do incentivo a DST/AIDS, de 19/12/02, a discussão passou a ser em função dos planos de ações e metas que poderiam ser consolidados por cada município e conseqüentemente pelo plano de ações e metas do Estado de Santa Catarina. O Ministério da Saúde identificou 33 municípios, que neste momento, apresentam potencial para receber o incentivo DST/AIDS. O diretor lembrou aos municípios que ainda não entregaram seu plano de ações e metas, que verifiquem a quantas anda, se o plano está em análise, se está faltando alguma coisa, para que se possa dar continuidade. Informou que todo o plano de ações e metas do estado vai ter que ser revisto da primeira concepção até a última que trata dos recursos financeiros, e que isso já está em andamento. Lembrou que o ponto mais polêmico, que diz respeito aos preservativos e à medicação para infecções oportunistas, teve a responsabilidade de definição delegada à Câmara Técnica SES/Cosems, que deverá aperfeiçoar a discussão e levar a uma pactuação definitiva.

6) Repasse Vigilância Sanitária: A Diretora de Vigilância Sanitária, Raquel Bittencourt, informou os repasses que a Vigilância Sanitária do Estado fez aos municípios. Apresentou planilha referente ao repasse da taxa de fiscalização federal. Informou, ainda, que a ANVISA devolve aos Estados 50% do que cada Estado arrecada em fiscalização federal na área de Vigilância Sanitária. Disse que, desses 50% que o Estado recebe é devolvido 50% aos municípios divididos eqüitativamente, num montante de R\$ 401.000,00, cabendo a cada município R\$ 1.368,60. Disse que os outros 50% são aplicados em ações de vigilância sanitária na consolidação do Plano Estadual de Vigilância Sanitária.

7) Justificativa de Ausência Região de Lages: O Secretário Executivo, Marcelo Pinter, registrou justificativa da representação dos municípios da Região de Lages na reunião da CIB e prévia do Cosems, por conta de um equívoco da Secretaria Executiva no repasse do fax com a pauta da reunião. Informou que o Secretário de Lages, Antônio Carlos Koeche, ligou reclamando que

não havia sido informado da reunião, falha pela qual o Secretário Executivo disse assumir integral responsabilidade, registrando pedido de desculpas a Lages e região.

8) Aprovação Bolsa Alimentação: A CIB aprovou nesta data a habilitação dos seguintes municípios ao Bolsa Alimentação: Lontras, Itaiópolis, Faxinal do Guedes, Rio do Oeste, Coronel Martins, Rancho Queimado, Jaraguá do Sul, Rio dos Cedros, Quilombo, Coronel Freitas, Bom Jesus do Oeste, Águas Mornas, Alto Bela Vista, Anitápolis, Aurora, Caçador, Flor do Sertão, Ità, Itapoá, José Boiteux, Marema, Mirim Doce, Pinheiro Preto, Presidente Castelo Branco, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Salete, São José do Cerrito, São Pedro de Alcântara, Seara, Sombrio, Taió, Urupema, Vitor Meireles, Xavantina, Sangão, São Carlos, Benedito Novo, Paulo Lopes, Major Gercino, Witmarsum, Romelândia, Itajaí, Capinzal, Ipuçu, Timbó, Campo Alegre, Agronômica, Santa Terezinha, Penha, São João do Oeste, Turvo, Dionísio Cerqueira, Botuverá, Iporã do Oeste, Laurentino, Mondaí, Ouro Verde, São Carlos, Tijucas, Três Barras, Treze de Maio, Capivari de Baixo, Pedras Grandes, São Domingos, São Ludgero e Canelinha.

Por último, aprovou-se que a próxima reunião ordinária da Comissão será em Criciúma, dia 27/03/03, às 09:00h, onde estará acontecendo o XXII Encontro de Secretários Municipais de Saúde.

Nada mais havendo a tratar, eu, Marcelo Pinter Alves, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

**Florianópolis, 27 de fevereiro de 2003**